

## **O CONCEITO DE SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL FRENTE À FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA – CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO DOS TRABALHADORES DA BRF.**

Emerson Marques de Santana <sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo resgatar a discussão da subsunção do trabalho ao Capital, tendo como base a obra “Cap.6 (inédito) d’O Capital” de autoria de Karl Marx, tal proposta se estende a compreender de forma introdutória o que significa o uso deste conceito frente às condições atuais em que se reproduz o capitalismo e seus impactos no mundo do trabalho, fazendo com que também seja de nosso interesse discutir a questão da finança e seu alcance por dentro da lógica que mobiliza a produção e o trabalho humano na atualidade. Tal interesse em abordar esse tema vem de encontro com esforços pessoais de pesquisa empreendidos no desenvolvimento da tese de doutorado a ser defendido no programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo<sup>2</sup> (PPGH-USP), um estudo de caso sobre a realidade dos trabalhadores da Brasil Foods S.A (BRF) em Toledo/PR e Lucas do Rio Verde/MT; esta é também uma oportunidade singular para compartilhar uma discussão que creio ser central para pensarmos temas da atualidade da relação Capital x Trabalho, como são a precarização, a chamada flexibilização do trabalho, os retrocessos vividos pela classe trabalhadora, que não aprofundaremos nessa oportunidade, mas que são exemplos e fazem parte da preocupação de muitos neste momento, pesquisadores ou não.

**Palavras-chave:** Subsunção, Capital x Trabalho, Finança, BRF.

### **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo rescatar la discusión sobre la subsunción del trabajo al Capital, a partir de la obra “Cap.6 (inédito) de El Capital” de Karl Marx, esta propuesta se extiende a comprender de manera introductoria lo que significa el uso de este concepto en a la luz de las condiciones actuales en las que se reproduce el capitalismo y sus impactos en el mundo del trabajo, por lo que también es de nuestro interés discutir la cuestión de las finanzas y sus alcances dentro de la lógica que moviliza la producción y el trabajo humano hoy. Este interés por abordar este tema va en línea con el esfuerzo personal de investigación realizado en el desarrollo de la tesis doctoral que será defendida en el Programa de Posgrado en Geografía Humana de la Universidad de São Paulo (PPGH-USP), un estudio de caso sobre la realidad de trabajadores de Brasil Foods S.A (BRF) en Toledo/PR y Lucas do Rio Verde/MT; Esta es también una oportunidad única para compartir una discusión que creo que es central para pensar sobre temas actuales en la relación Capital x Trabajo, como la precariedad, la llamada flexibilización del trabajo, los retrocesos experimentados por la clase trabajadora, que no profundizaremos en esta oportunidad, pero cuáles son ejemplos y son parte de la preocupación de muchos en este momento, investigadores o no.

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH-USP), emersonems@usp.br.

<sup>2</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq.

**Palabras clave:** Subsunción, Capital x Trabajo, Finanzas, BRF.

## INTRODUÇÃO

Na atualidade estamos diante de um quadro relativo ao trabalho (enquanto categoria da vida), que a partir de análise e observação crítica suscita o desagrado, a discordância, a preocupação, e até mesmo a abominação por parte daqueles que investigam tal tema, em suas mais variadas especificidades. Sob a emergência da vida e da reprodução das condições que a asseguram, não é novidade aos que leem este documento, inclusive por ocasião de uma crise avassaladora que nos acometeu e ainda nos acomete - sobretudo após o golpe político de 2016 e no que se seguiu neste contexto, somado a emergência sanitária global causada pela Covid-19 - nos depararmos com os limites da própria humanidade e daquilo que a classe trabalhadora é exposta cotidianamente. Temas como a plataformização dos trabalhadores, assim como a terceirização do trabalho, estão intimamente ligados a um contexto de redução de salários, perda de direitos historicamente adquiridos, desemprego, incertezas, que fazem parte da realidade brasileira e do mundo nos dias de hoje.

Ocorre que no mesmo caminho em que isto surge, também aparece a necessidade de enquadrar de alguma forma tais processos, compreendendo-os através de conceitos que descrevem uma condição de perda de direitos, degradação sistemática do trabalho e do trabalhador, fruto do desamparo e da incerteza tanto no presente quanto sobre o futuro, estamos diante então da precarização do trabalho?

O recorte que aqui proponho é de um recuo estratégico, do ponto de vista teórico, tendo como intenção dividir dúvidas e posicionamentos que foram possíveis obter a partir do acúmulo, tanto de referencial teórico, quanto de dúvidas que surgiram no processo de investigação e estudo dos trabalhadores da Brasil Foods S.A (BRF). Conhecendo a realidade desse tipo de trabalho (com os vários limites impostos é claro), primeiramente em Lucas do Rio Verde (cidade localizada no meio-norte mato-grossense), e agora buscando uma interlocução com a realidade de Toledo (localizada no oeste paranaense), foi possível perceber que a lógica desse tipo de trabalho ainda passa pela contratualidade, estes sujeitos estão assalariados, com a carteira de trabalho assinada, tem seus impostos recolhidos, representação sindical organizada (a pesar dos retrocessos vistos na última reforma trabalhista a esse respeito). Todas essas condições que segundo a lógica formal supostamente

assegurariam uma melhor condição de trabalho para o trabalhador, acabam apenas cobrindo como um verniz algo que está corroído por dentro.

Utilizando da BRF como exemplo, uma empresa que surge a partir da fusão entre duas gigantes da produção de alimentos a base de proteína animal e seus derivados no país, a Sadia e a Perdigão, no ano de 2009, fusão essa sob os olhares atentos do mercado financeiro, e sob o direcionamento dos valores que compõem a tão chamada governança corporativa. Também houve a articulação do Estado brasileiro possibilitando o negócio na época<sup>3</sup>. A BRF já “nasce” pautada na “sustentabilidade”, diria que, sobretudo financeira<sup>4</sup>. Dentro desse contexto de partida (da fusão das empresas), e pelas características monopolistas que possui, voltada a aquisição de outras marcas e plantas fabris, e devo também dizer da própria forma confusa e que causa embaraço, presente nos relatórios de sustentabilidade, que materializam de certa forma a presença do mercado financeiro e de suas normas, assegurando aos acionistas, que querem garantir o retorno certo e sempre exponencial dos seus investimentos, que tudo corre bem, ou, de pelo menos saber quais medidas estão sendo tomadas pela diretoria quanto às finanças. Tudo isso nos fez pensar quem são os favorecidos pela manutenção de um trabalho dos mais exaustivos e degradantes, sob uma norma que se postula garantidora da ordem, arrojada, inovadora, solução para o modelo empresarial que a antecede, supostamente mais transparente sobre suas ações para com a comunidade.

Esse recuo passa necessariamente (ao nosso ver) pela busca de uma robustez teórica, que favoreça um olhar para a contradição, que ultrapassa os próprios limites do capital, da relação desse modo de produção com o trabalho e de como enxergamos esses limites. Propomos aqui um breve retorno ao conceito de subsunção do Trabalho ao Capital, questão essa que queremos utilizar para construção de uma espécie de meta-teoria.

## METODOLOGIA

---

<sup>3</sup> Após a crise de 2008, a Sadia que na época investia em derivativos atrelados ao dólar, viu seu valor de mercado ruir com o aumento súbito da cotação da moeda no mercado internacional. O governo do PT na época sob a presidência de Luís Inácio Lula da Silva teria articulado em prol da fusão com a Perdigão, dentro da política das “Campeãs Nacionais”. Para mais informações ver em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/03/21/analise-bndes-gastou-r-12-tri-com-empresas-amigas-como-jbs-e-brf.htm>> Acesso em 20/11/2023.

<sup>4</sup> Para mais informações sobre esse período de fusão entre as empresas, e o caso dos derivativos da Sadia, indico a fala do Prof. Dr. Alexandre Di Micelli da Silveira, no Webinar do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) de 2012. Apesar da forte vinculação a uma postura pró mercado, a fala do professor traz importantes informações baseadas nos processos que foram movidos, e contextualiza a situação que envolve os derivativos, dentro de um contexto conhecido como boom das commodities, e de proximidade entre real e dólar. Ver em: <[www.youtube.com/watch?v=jWFITREZNTA&t=2652s](https://www.youtube.com/watch?v=jWFITREZNTA&t=2652s)> Acesso em: 20/11/2023.

Para a produção deste artigo foi necessário o trabalho de revisão bibliográfica da obra anteriormente citada, assim como de outros textos do próprio Marx, Jean-Paul de Gaudemar, e do economista Riccardo Bellofiore. Importante ressaltar a esse respeito que parte da discussão aqui apresentada foi desenvolvida no trabalho final da disciplina “Migrações, Trabalho, Crises e Ensino de Geografia” ministrada pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Léa Francesconi. Cabe destacar que no tange a discussão sobre os trabalhadores da BRF, aproveito parte do que já foi levantado e obtido até esse momento na pesquisa de doutorado, por meio da investigação em Lucas do Rio Verde/MT e em Toledo/PR, que resultou em horas de entrevistas coletadas seja com os próprios trabalhadores, seja com representantes sindicais e das prefeituras, assim como de vasto material relacionado à empresa (documentos, relatórios, notícias, entre outros), obtidos desde a graduação em nossa investigação sobre o caso desses trabalhadores, o que se pretende é aproveitar a ocasião desta discussão para referenciar não apenas a leitura e a profusão de ideais oferecidas pelo tema, mas apontar nexos reais de tal lógica, que aqui se relaciona com a discussão da subsunção do trabalho ao capital.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

É importante ressaltar que no que diz respeito ao presente artigo, não seria possível aprofundar a discussão sobre esse tema em sua inteireza, e de forma alguma conseguiria explorar o mesmo em seus detalhes. A subsunção formal do trabalho ao Capital por exemplo, é algo que não tenho intensão de discutir com tanto empenho nessa oportunidade, mas algo a esse respeito pretendo sim acrescentar. Já com relação à subsunção real do trabalho ao Capital, creio que seja possível, e é intensão, abordar um pouco mais, mesmo que também brevemente.

Sobre a Subsunção Formal do Trabalho ao Capital e o caráter historicamente específico do trabalho no modo de produção Capitalista:

O conceito de subsunção formal do trabalho ao Capital, engloba uma série de processos e discussões que de forma alguma poderia deixar de lado nesse texto, correria o risco de perder uma parte muito importante que compõe a noção da subsunção em sua inteireza. Como havia dito esse não é o ponto que mais me interessa e que favorece considerações substanciais para pesquisa que desenvolvo, mas sem dúvida a subsunção formal revela pontos importantes a serem considerados, e que compõe este conceito.

Como já foi dito anteriormente, o conceito de subsunção formal do trabalho ao Capital diz respeito a um momento histórico e social de formação do capitalismo, onde as condições gerais ainda não se encontravam sob a determinação do capital como lógica hegemônica, mas sim no apoio conveniente e necessário do capital no processo de trabalho preexistente, como era realizado até então. O próprio Marx escreve que:

[...] faz parte da natureza da questão o fato de que a subsunção do processo de trabalho ao capital se opere à base de um processo de trabalho preexistente, anterior a essa subsunção ao capital, e que se configurou à base de diferentes processos de produção anteriores e de outras condições de produção; o capital se subsume a determinado processo de trabalho existente [...] (1978, p. 52)

Nesse sentido, e para que fique mais bem explicitado o que significa esse conceito, e sua relação direta com o sentido do trabalho e do resultado do que é produzido por este sob o capitalismo, o autor disserta da seguinte forma:

O processo de trabalho, converte-se em instrumento do processo de valorização, do processo de autovalorização do capital – da fabricação de mais-valia. O processo de trabalho é subsumido ao capital (é seu próprio processo), e o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor; para este, é ao mesmo tempo, de imediato, um processo de exploração de trabalho alheio. É isso a que denomino subsunção formal do trabalho ao capital. É a forma geral de todo processo capitalista de produção; mas é ao mesmo tempo uma forma particular, a par do modo de produção especificamente capitalista, desenvolvido, já que a última inclui a primeira, mas a primeira não inclui necessariamente a segunda. (1978, p. 51)

Aproveitando a deixa dessa última citação, a subsunção formal revela em si, como pode ser visto, a condição histórica distinta do modo capitalista de produção e a condição específica do trabalho e de seu produto dentro dessa lógica. No que é distinto do trabalho no capitalismo, e naquilo que o difere da sua forma sob outros modos anteriores, tivemos contato com diversos fenômenos que materializam essa questão, como a discussão do trabalho livre (assalariado) e da mobilidade do trabalho como sendo formas concretas que distinguem o trabalho em sua relação com o modo de produção vigente. Relembrando o que é defendido por Gaudemar:



Para responder ao papel de mercadoria particular que lhe é atribuído, a força de trabalho deve ser livre sob dois pontos de vista. Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade; o trabalhador é então considerado como actor da sua própria liberdade. liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre. A «liberdade de trabalho» encontra-se totalmente definida nesta dupla determinação: o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender. (1977, p. 189-190)

Soma-se a essa discussão da liberdade do trabalhador, o próprio sentido lógico e prático do mesmo para o capital, tal questão é trazida por Marx dentro de sua análise sobre a subsunção formal, quando este diferencia a relação de trabalho e sua lógica no regime escravista de um lado, e o trabalhador livre dentro da lógica capitalista do outro, o que resulta dessa comparação oferece elementos centrais e importantes a serem considerados. Vejamos o que diz o autor:

Confrontado com o do escravo, esse trabalho se torna mais produtivo, por ser mais intenso; o escravo, com efeito, só trabalha sob pressão de um temor exterior, e não, para sua existência – que, ainda que não lhe pertença, não obstante, está garantida – ao passo que o trabalhador livre trabalha impulsionado por suas necessidades (wants). A consciência (ou melhor, a representação) de uma determinação pessoal livre, da liberdade, assim como o sentimento (feeling) (consciência) de responsabilidade (responsability) ligado àquela, fazem deste um trabalhador muito melhor do que aquele [...] A continuidade da relação entre o escravo e o escravista é tal que nela o primeiro é mantido em tal condição por coerção direta. O trabalhador livre, pelo contrário, é obrigado a manter a relação, já que sua existência e a de sua família dependem de que renove continuamente a venda de sua força de trabalho ao capitalista. (p. 63)

Sobre a Subsunção Real do Trabalho ao Capital:

Marx apresenta na discussão da Subsunção Real, aquilo que podemos chamar de modo capitalista de produção, entendido a partir da produção dirigida e controlada hegemonicamente por este, apoiado na exploração do trabalho alheio e na extração da mais-



valor proveniente desse trabalho. Cabe ressaltar que na subsunção formal a exploração da mais-valia já ocorre, e é entendida pela mais-valia absoluta, ou seja, aquela que provém da exploração do trabalho humano. O que distingue a subsunção real do trabalho ao capital é a mais-valia relativa, resultado da implantação de tecnologias e inovações, e o impacto dessas no mundo do trabalho. Vejamos um trecho do que diz o autor:

[...] com a produção da mais-valia relativa (para o capitalista individual, na medida em que toma a iniciativa estimulado pela circunstância de que o valor = ao tempo de trabalho socialmente necessário que se objetivou no produto; estimulado pelo fato de que, por conseguinte, cria-se mais-valia para ele quando o valor individual de seu produto está abaixo de seu valor social, e que, portanto, o mesmo pode ser vendido acima de seu valor individual), modifica-se toda a figura real do modo de produção, e surge (inclusive do ponto de vista tecnológico) um modo de produção especificamente capitalista, sobre cuja base e com o qual se desenvolvam ao mesmo tempo as relações de produção – correspondentes ao processo de produção capitalista – entre os diversos agentes da produção, e em particular entre o capitalista e os assalariados. (1978, p. 55)

Une-se a essas considerações, e corrobora no sentido de apontar o que é característico da subsunção real (e da formal), os seguintes argumentos:

Do mesmo modo porque se pode considerar a produção da mais-valia absoluta como expressão material da subsunção formal do trabalho ao capital, a produção da mais-valia relativa pode ser considerada como a de subsunção real do trabalho ao capital. (p. 56)

Cabe recuperar no que foi dito com relação à mecanização, exploração da mais-valia relativa, da utilização de inovações no modo capitalista de produção, e nos aproveitando disso para abrir caminho para uma concepção mais ampliada, segundo Marx:

As forças produtivas sociais do trabalho, ou as forças produtivas do trabalho diretamente social, socializado (coletivizado) por força da cooperação; a divisão do trabalho na oficina, a aplicação de maquinaria, e em geral a transformação do processo produtivo em aplicação consciente das ciências naturais, mecânica, química etc, para fins determinados, a tecnologia etc, assim como os trabalhos em grande escala corresponde a tudo isso (só esse trabalho socializado está em condições de utilizar no processo imediato de produção os produtos gerais do desenvolvimento humano, como matemática



etc, assim como, por outro lado, o desenvolvimento dessas ciências pressupõe determinado nível do processo material de produção) [...] (1978, p. 55)

O que interessa aqui é compreender que esse conceito está ligado a processos concretos, que modificaram e modificam não só a forma como está organizado o trabalho, e o sentido deste, como também produz fenômenos específicos (passados e atuais) ligados a essa categoria.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Atualmente a pesquisa que desenvolvo tem como objetivo entender a relação Capital x Trabalho, a partir da realidade dos trabalhadores da Brasil Foods S.A – BRF, e as condições materiais e concretas dessa relação, que dizem respeito ao que a depender do enfoque, e daquilo que se procura pesquisar, pode ser entendido através do conceito de precarização do trabalho, fenômeno ligado à chamada flexibilização do mesmo. Cabe destacar que a BRF não chega a ter um volume significativo da presença de trabalhadores terceirizados<sup>5</sup>.

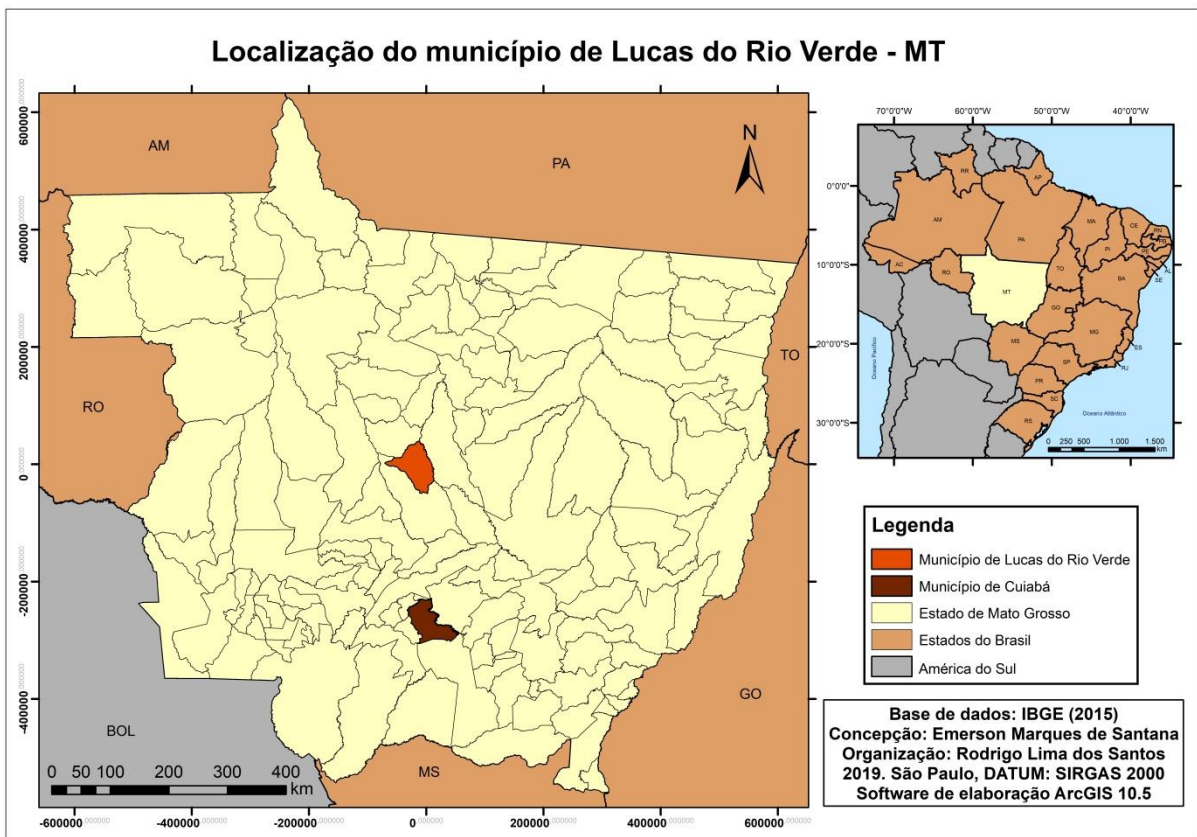
Em contato com a realidade dos trabalhadores da empresa, estes residentes em Lucas do Rio Verde – MT, município localizado no centro-norte mato-grossense (ver Mapa 01), tomei conhecimento de uma realidade brutal, de condições grotescas, aterradoras, de inutilização sumária e programada (a ver os exemplos que traremos aqui) de muitas/muitos trabalhadoras/trabalhadores, que me levaram a desafiar a amplitude teórica da abordagem que assumi em alguns momentos da pesquisa, sobretudo sob orientação da Prof<sup>a</sup>.Dra. Marta Inez Medeiros Marques, a partir do mestrado.

### **Mapa 01:**

---

<sup>5</sup> Segundo o Relatório Integrado da empresa, referente ao ano de 2022, trabalhavam junto a mesma entre trabalhadoras e trabalhadores 88.410 (oitenta e oito mil quatrocentos e dez), frente a 773 trabalhadores terceirizados. Esses dados não levam em consideração os funcionários no exterior. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/4d44a134-36cc-4fea-b520-393c4aceabb2/3d6b114b-8ad5-75d6-6da3-b23ffe0145bd?origin=2>> Acesso em 21/11/2023.





Org.: SANTOS, R. L. 2019. Fonte: IBGE, 2015.

Entre os enfoques possíveis, e que também poderia fazer parte desse debate, a realidade desses trabalhadores também concebia indagar se não estamos diante da pauperização da classe trabalhadora, haja vista que essas pessoas, possuidoras da força de trabalho, são sumariamente destinadas a integrar as linhas de produção de frigoríficos, assim como de outras tantas atividades, que levam potencialmente ao afastamento por doenças diversas adquiridas, isso quando não morrem nas linhas de produção ou nas dependências do local de trabalho, o emprego mantém o trabalhador pobre por conta dos baixos salários e do trabalho casual<sup>6</sup>. O conceito de pauperização surgiu como uma possibilidade teórica, de pôr em perspectiva ampla, buscando um caminho rumo à totalidade, que põe em foco todo um arranjo programado, necessário, indutor e causador de miséria. Apesar do interesse e possibilidade de criar conexões com essa discussão, houve uma definição estratégica por entender a questão financeira que envolve a BRF, e isso ampliou em sobremaneira nossas preocupações e a própria tese a ser defendida.

<sup>6</sup>Segundo Bellofiore (2015, p. 112) “Whereas Smith used this expression to refer to beggars who became workers, and thus less poor, today it refers to workers’ pauperization. Though employed, they become poorer and poorer thanks to casualization and low wages”. “Enquanto Smith usou essa expressão para se referir a mendigos que se tornaram trabalhadores, e então menos pobres, hoje em dia se refere à pauperização dos trabalhadores. Apesar de empregados, eles se tornaram mais e mais pobres graças a casualização (trabalho casual) e baixos salários.” (tradução nossa).

Acredito que discutir a relação Capital x Trabalho na atualidade requeira algo mais amplo do que é oferecido pelos conceitos citados, que são ricos naquilo que propõem, mas a partir do caminho que tenho trilhado e espero expor, a discussão da subsunção do trabalho ao capital (mais especificamente da subsunção real do trabalho ao capital), parece oferecer um recurso importante que joga luz sobre a presença proeminente<sup>7</sup> da finança nos negócios e em suas decisões ligadas ao trabalho. Dentro da noção de subsunção, aquilo que se passa por dentro do capitalismo nos nossos dias ganha atenção especial, levantando uma questão que aproveito para compartilhar, o que ou quais condições circunscrevem o nosso momento histórico? E, por conseguinte no que isso implica em nossas análises?

O economista italiano Riccardo Bellofiore, o qual tivemos contato por sua abordagem a respeito do conceito de subsunção frente à finança nos dias atuais, em seu trabalho intitulado “Crisis Theory and the Great Recession: A Personal Journey, from Marx to Minsky” (2015), chega a uma proposta ainda mais audaciosa nesse sentido que é da existência da subsunção real do trabalho pela finança, e isso nos interessa tratar de maneira mais cuidadosa, ainda que sucinta pelo limite da oportunidade.

Sobre isso, para que sejamos objetivos nessa oportunidade, cabe contextualizar. O autor trás para debate duas correntes teóricas que dissertam sobre a teoria da crise, e que entendem a financeirização sob duas perspectivas, uma como consequência da queda tendencial da taxa de lucro (marxistas), e outra que compreende como uma tendência para a crise da realização (keynesianista/neoricardiana). Segundo o autor:

There are two influential interpretative positions in the current debate on the crisis among Marxists. The first understands financialization as a consequence of the tendential fall of the rate of profit. The other interpretation, prevalent among those influenced by Keynesianism and Neoricardianism, refers to the tendency toward the crisis of realisation, because of the squeeze on the wage bill and the insufficiency of consumer demand. In both cases, the current crisis is the crisis of a feeble capitalism, permanently stagnationist.<sup>8</sup> (2015, p. 81-2)

---

<sup>7</sup> Me refiro aqui a discussão a esse respeito trazida nos estudos do economista François Chesnais (2010).

<sup>8</sup> “Existem duas posições interpretativas influentes no debate atual sobre a crise entre os marxistas. A primeira entende a financeirização como consequência da queda tendencial da taxa de lucro. A outra interpretação, prevalecente entre aqueles influenciados pelo keynesianismo e pelo neoricardianismo, refere-se à tendência para a crise de realização, devido à pressão sobre a massa salarial e à insuficiência da procura do consumidor. Em ambos os casos, a crise atual é a crise de um capitalismo débil, permanentemente estagnacionista.” (tradução nossa).

O autor propõe uma visão não mecânica que une ambas as correntes dentro de uma abordagem que considera a Lei da queda tendencial da taxa de lucro como uma espécie de meta-teoria da crise. Para que não se perca uma aproximação com esse tema, que apesar de não ser aqui o centro de nossa atenção, se faz pertinente para compreensão de como o autor entende a teoria da crise em Marx. Trago as argumentações do mesmo:

The Marxian theory of crisis has always been a controversial field of debate. Accumulation – the conversion of surplus-value into additional constant and variable capital for the end of producing surplus-value – is a contradictory process. Crises are the necessary expression of such contradictions and, at the same time, their temporary solution. Capitalism’s tendency toward instability derives above all from the fact that capitalism is a monetary market-economy. The social division of labour on the market is unplanned, and this “anarchy” can lead to an incomplete realisation of the surplus-value produced by means of the immediate process of valorization. The presence of money dissociates sales from subsequent buying, and hoarding can interrupt the sequence in which supply finds its outlet when the income paid to the “agents” of production is spent.<sup>9</sup> (p. 83)

A crise aqui é situada como fruto de um processo intrínseco vinculado a queda tendencial da taxa de lucro. Essa discussão é trazida em alguns momentos na obra de Marx, chamo atenção para a seção 3 do livro III d’O Capital “A Lei da queda tendencial da taxa de lucro”. Essa lei diz respeito, de forma resumida, a inovações e incorporação de novas tecnologias, maquinários, que aumentam a capacidade de extração de mais-valor por um lado, e resultando numa alta composição do capital<sup>10</sup>, ou seja, mais trabalho morto em proporção ao trabalho vivo presente na produção, e com isso um encadeamento de condições desfavoráveis para a continuidade dos ganhos e sua sustentabilidade, que tendem a uma queda dos lucros como um horizonte altamente possível.

---

<sup>9</sup> “A teoria marxista da crise sempre foi um campo de debate controverso. A acumulação – a conversão da mais-valia em capital constante e variável adicional para o fim da produção de mais-valia – é um processo contraditório. As crises são a expressão necessária de tais contradições e, ao mesmo tempo, a sua solução temporária. A tendência do capitalismo para a instabilidade deriva acima de tudo do fato de o capitalismo ser uma economia monetária de mercado. A divisão social do trabalho no mercado não é planejada e esta “anarquia” pode levar a uma realização incompleta da mais-valia produzida através do processo imediato de valorização. A presença de dinheiro dissocia as vendas das compras subsequentes, e o entesouramento pode interromper a sequência na qual a oferta encontra o seu escoamento quando o rendimento pago aos ‘agentes’ da produção é gasto.” (tradução nossa).

<sup>10</sup> Para mais definições sobre capital de alta e baixa composição, indico leitura do Livro III d’O Capital, especialmente na seção 3 como já foi dito.

O que é preciso trazer aqui sobre as considerações de Bellofiore a respeito de uma real subsunção do trabalho pela finança, tese com a qual concordamos até então, diz respeito a uma leitura que valoriza uma visão menos esquemática (é nossa intenção apesar das limitações que temos até aqui), que joga a luz para um emaranhado que tem na finança um potencial a ser trazido como uma resposta às crises vividas no século passado, e uma realidade presente na contemporaneidade. Boa parte do artigo do autor inclusive se preocupa em construir uma noção sobre as crises, não entendidas por elas mesmas, mas através das respostas que foram dadas a elas, e as conectando com o que vivemos hoje. A partir da crise contemporânea Bellofiore trás considerações centrais para compreensão de sua tese sobre a subsunção do trabalho pela finança:

The contemporary crisis is understandable only if we analyze the capitalism of the last thirty years in a more accurate way than has become common under the very vague and inappropriate rubric of “Neoliberalism.” Alongside technical and organizational innovation that went under it, there were also financial innovations and deep changes in economic policy. Thus a “new” capitalism was constituted in the 1990s, whose rise we must understand if we are to understand its fall.

The two legs on which capital’s reaction to the workers’ struggles and to the crisis of the 1970s walked were the “deconstruction of labor” and the “real subsumption of labor to finance.” Both were substantial novelties in capitalist long-run dynamics so that it would be confusing to classify this reality under the too generic term of “financialisation,” which fails to convey them fully or accurately. The fragmentation of labor was in a significant way the other side of an unprecedented “centralization without concentration.” The subordinate inclusion of households and consumers to the stock exchange and bank debt, in its turn, provoked real changes in investment, production and exploitation, and also changed how effective.<sup>11</sup> (p. 101-02)

---

<sup>11</sup> A crise contemporânea só é compreensível se analisarmos o capitalismo dos últimos trinta anos de uma forma mais precisa do que se tornou comum sob a rubrica muito vaga e inadequada de “Neoliberalismo”. Houve também inovações financeiras e mudanças profundas na política económica. Assim, constituiu-se um “novo” capitalismo na década de 1990, cuja ascensão devemos compreender se quisermos compreender a sua queda. As duas pernas sobre as quais andou a reação do capital às lutas dos trabalhadores e à crise da década de 1970 foram a “desconstrução do trabalho” e a “subsunção real do trabalho às finanças”. Ambas foram novidades substanciais na longa história capitalista, dinâmicas de modo que seria confuso classificar esta realidade sob o termo demasiado genérico de “financeirização”, que não consegue transmiti-las de forma completa ou precisa. A fragmentação do trabalho foi, de forma significativa, o outro lado de uma “centralização sem concentração” sem precedentes. A inclusão subordinada das famílias e dos consumidores à bolsa de valores e à dívida bancária, por sua vez, provocou mudanças reais no investimento, na produção e na economia. exploração, e também mudou a



Bellofiore então se baseia nas contribuições das obras de Sweezy e Minsky, para construir e justificar suas conclusões sobre a subsumção do trabalho pela finança. Sobre isso escreve:

The formal subsumption of labor to finance began at the end of the nineteenth century, if not before. The explosion of household debt in the roaring twenties was also already responsible for the outbreak of the Great Crash. In the 1980s, however, we witnessed the maturation of a new form of the primacy of finance, which had started to put down roots in the preceding 20 years. In order to understand the unfolding of this process, both the contribution of a Keynesian economist, Hyman P. Minsky, and that of a Marxist economist, Paul M. Sweezy (in his writings with Harry Magdoff), are essential. Both were quite heretical in their respective camps.<sup>12</sup> (p.102)

Para o autor a atual fase do capitalismo pode ser caracterizada pela primazia dos pequenos investidores, e por um contexto amplo ligado a uma acumulação por desposseção. Segundo ele:

A central and paradoxical characteristic of late capitalism is what seems to be the primacy of small savers. Organized in institutional funds, among which are pension funds, households' life-savings are administered by money managers, with a view to shareholder value (and then also the valorization of fictitious capital) to be gained in a very short-term horizon. It is somehow a historically new situation: the financial investors indeed dominate the managers, but among the formers it is the small investors who seem to count more than the big investors – in an alienated form, precisely via those money managers themselves. The privatization of public enterprises, of public goods, and of the commons has also shaped the new form of domination of finance: here we have also the role of the new

---

forma como a demanda efetiva foi determinada. No capitalismo anglo-saxónico, a procura autônoma centrava-se no consumo impulsionado por bolhas, liderado pela “inflação dos ativos de capital”; os défices do capitalismo anglo-saxónico permitiram o crescimento dos países neomercantilistas na Europa e na Ásia. Nesta constelação, os trabalhadores traumatizados acompanharam os investidores maníaco-depressivos e os consumidores endividados. O capital fictício teve definitivamente efeitos não fictícios, dando lugar a mais uma volta no parafuso na exploração do trabalho.” (tradução nossa).

12 “A subsumção formal do trabalho às finanças começou no final do século XIX, se não antes. A explosão do endividamento das famílias nos estrondosos anos 20 também já foi responsável pela eclosão da Grande Queda. Na década de 1980, contudo, assistimos ao amadurecimento de uma nova forma de primazia das finanças, que começou a criar raízes nos 20 anos anteriores. Para compreender o desenrolar deste processo, são essenciais tanto a contribuição de um economista keynesiano, Hyman P. Minsky, como a de um economista marxista, Paul M. Sweezy (nos seus escritos com Harry Magdoff). Ambos eram bastante heréticos em seus respectivos campos.” (tradução nossa)



enclosures, and of accumulation by dispossession; poverty in the midst of plenty. All this has led in its turn to capital asset inflation, with non-financial businesses able to finance themselves cheaply with equity, without increasing their indebtedness.<sup>13</sup>

Cabe destacar também e creio ser essencial o que o autor diz a respeito das transformações nas condições de trabalho, como sendo fruto de uma centralização sem concentração, que acredito ter íntima relação, entre outras coisas, com a governança corporativa, e o modelo que se difunde a partir dessa presença dos agentes financeiros para dentro das firmas. Sobre isto escreve:

The transformation of the conditions of labor was also the result of a genuine “centralization without concentration”: an unprecedented phenomenon with respect to the world imagined by the author of *Capital*. The technical unit of production has very often been reduced in scale; even when it increased this did not happen in the usual form of the vertically integrated firm. Even without “concentration,” technical, financial and productive command continued to be increasingly “centralized,” with the mergers and acquisitions mania. The productive units, on the other hand, were connected in “networks” along transnational lines, stratified according to an internal hierarchy. In the meantime, a structural excess of supply over demand occurred in some industrial and service branches of production, as a means adopted by global players to implement an ever more aggressive competition between them. All of that evidently contributed to keep the world of labor in the grip of insecurity and casualization.<sup>14</sup> (p.108)

---

<sup>13</sup> Uma característica central e paradoxal do capitalismo tardio é o que parece ser a primazia dos pequenos poupadores. Organizados em fundos institucionais, entre os quais os fundos de pensões, as poupanças de vida das famílias são administradas por gestores de dinheiro, com vista ao valor do acionista (e depois também à valorização do capital fictício) a ser obtido num horizonte de muito curto prazo. É de alguma forma uma situação historicamente nova: os investidores financeiros dominam de fato os gestores, mas entre os primeiros são os pequenos investidores que parecem contar mais do que os grandes investidores – de uma forma alienada, precisamente através dos próprios gestores de dinheiro. A privatização das empresas públicas, dos bens públicos e dos bens comuns também moldou a nova forma de dominação das finanças: aqui temos também o papel dos novos cercamentos e da acumulação por desposseção; pobreza em meio à abundância. Tudo isto conduziu, por sua vez, à inflação dos ativos de capital, com as empresas não financeiras a conseguirem financiar-se a baixo custo com capital próprio, sem aumentar o seu endividamento. (tradução nossa)

<sup>14</sup> “A transformação das condições de trabalho foi também o resultado de uma genuína “centralização sem concentração”: um fenómeno sem precedentes no que diz respeito ao mundo imaginado pelo autor de *O Capital*. A unidade técnica de produção foi muitas vezes reduzida em escala; mesmo quando aumentou, isso não aconteceu na forma habitual da empresa verticalmente integrada. Mesmo sem “concentração”, o comando técnico, financeiro e produtivo continuou cada vez mais “centralizado”, com a mania de fusões e aquisições. As unidades produtivas, por outro lado, estavam ligadas em “redes” ao longo de linhas transnacionais, estratificadas de acordo com uma hierarquia interna. Entretanto, ocorreu um excesso estrutural da oferta sobre a procura em

O que aqui postulamos e procuraremos desenvolver mais durante a tese, é a defesa de um posicionamento que põe em questão a finança, questão que marca nosso tempo histórico, como impulsionadora da lógica de reprodução do capitalismo e da subsunção do trabalho ao capital.

Estamos de acordo com Bellofiore e seus estudos no que diz respeito aos nexos que são sensíveis de serem observados, da relação do trabalho com a finança. Não bastasse o envolvimento do trabalho em si, desempenhado diariamente pelos trabalhadores, não é só aí onde reside a presença de alguma relação com mercado de ações e seus interesses, mas, sobretudo, como bem trata o autor, de um endividamento privado, das famílias, de uma fase de investidores sedentos e ávidos por negócios que sejam de seu interesse, qualquer que seja este negócio, e dos resultados concretos no mundo do trabalho dessa “centralização sem concentração”.

Sobre a BRF frente a essa proposta teórica, aproveito para trazer uma pequena consideração. A fusão da Sadia com a Perdigão ocorre dentro de um contexto amplo, mas só foi possível por conta da quebra da Sadia à época. A empresa em seus “bons” momentos, procurou uma forma de obter ainda mais lucro, investir em negócios cada vez mais arriscados, prova disso foi que com a eclosão da crise de 2008, do subprime, e o aumento do dólar, os chamados derivativos que a Sadia havia investido, resultaram numa brusca mudança na situação financeira sem precedentes, com perdas a serem socializadas pelos acionistas na época. O governo naquele momento (do PT), sob a política das “Campeãs Nacionais”, intervém na negociação, e a solução encontrada foi, a fusão entre as empresas<sup>15</sup>, inclusive com investimento do BNDES para a consolidação desse negócio.

Nessa oportunidade, tentamos trazer aqui os rascunhos de um caminho que está sendo trilhado para compreender a realidade relativa ao trabalho, e seus nexos com a finança. Estamos longe de encerrar esse assunto, mas creio que seja pertinente a provocação e o convite, não apenas aos que leem, mas ao próprio interlocutor que vos fala. Aqui começa um caminho para dentro desses acordos, políticas, e suas conexões com aquilo que concretamente é vivido pelos trabalhadores. Espero poder avançar ainda mais nesse sentido e refinar as

---

alguns ramos da produção industrial e de serviços, como forma adoptada pelos actores globais para implementar uma concorrência cada vez mais agressiva entre eles. Tudo isso evidentemente contribuiu para manter o mundo do trabalho nas garras da insegurança e da precarização.” (tradução nossa)

<sup>15</sup> Indico novamente o vídeo do professor Alexandre Di Miceli, no Webnário do IBGC (ver em referências).



considerações que aqui começaram a serem trazidas para a discussão que estou construindo.

Permanece aqui o convite para sugestões e debates a tudo que foi dito nesse documento.

## REFERÊNCIAS

BELLOFIORE, Ricardo. **Crisis Theory and the Great Recession: A Personal Journey, from Marx to Minsky In Revitalizing Marxist Theory for Today's Capitalism**. 2015; 81-120. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1108/S0161-7230\(2011\)0000027005](http://dx.doi.org/10.1108/S0161-7230(2011)0000027005)> Acesso em 10/05/2023.

BRF. **RELATÓRIO INTEGRADO 2022**. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/4d44a134-36cc-4fea-b520-393c4aceabb2/3d6b114b-8ad5-75d6-6da3-b23ffe0145bd?origin=2>> Acesso em 21/11/2023

CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do "capital em geral", o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de; [et al]. **A Finança Capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

DI MICELI, Alexandre. **O Caso dos Derivativos da Sadia**. YouTube, publicado em 27/05/2017. Disponível em <<<https://www.youtube.com/watch?v=jWfITREZNTA&t=2652s>>> Acesso em 20/11/2023.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **A mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

LIMA, Leonardo de Siqueira. Análise: BNDES gastou R\$ 1,2 tri com empresas "amigas", como JBS e BRF. **UOL**. São Paulo, 21 de março de 2017. ECONOMIA. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/03/21/analise-bndes-gastou-r-12-tri-com-empresas-amigas-como-jbs-e-brf.htm>> Acesso em 20/11/2023.

MARX, Karl. Livro I, Capítulo VI (inédito) In: **O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1978.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia política, Livro III – O processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.